

O PAPEL DOS SINDICATOS DE (TRABALHADORES EM) EDUCAÇÃO NA DISPUTA POR HEGEMONIA NA SOCIEDADE CIVIL

Etienne Figueiredo Ferreira
IFRN – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/PPGEP
Márcio Adriano de Azevedo
IFRN – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/PPGEP
Shilton Roque dos Santos
IFRN – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional/PPGEP

Resumo:

O artigo tem como objetivo discutir sobre o papel dos sindicatos de trabalhadores em educação a partir dos conceitos de Gramsci sobre e Hegemonia e Sociedade Civil. Para a realização dos estudos, optamos por revisão bibliográfica a partir de autores como Coutinho (1999), Antunes (2011), sem deixar de analisar os escritos do próprio Gramsci através da leitura dos Cadernos do Cárcere (2004). Sabemos que existe na sociedade um modelo de educação em disputa. Tem-se um projeto de educação para os trabalhadores que deseja um modelo que traga para o cerne da questão a emancipação, o pensamento crítico esse é modelo disputado pelos sindicatos; por outro lado tem-se o modelo posto pela classe dominante que vê a escola como um produto que deve ser regulado pelas leis de mercado. Assim defendemos que é necessário que os sindicatos de educação assumam o seu papel de espaço para construção de um projeto de educação da classe trabalhadora no seu caminho a emancipação humana diante dos desafios do novo sindicalismo frente à nova morfologia do trabalho.

Palavras-Chaves: Educação; Sociedade Civil; Hegemonia.

Resumen:

El artículo tiene como objetivo discutir el papel de los sindicatos en la educación de los trabajadores de los conceptos de Gramsci, hegemonía y Sociedad Civil. Para la realización de estudios, decidimos revisar de autores como Coutinho (1999), Antunes (2011), al examinar los escritos de Gramsci a sí mismo mediante la lectura de los cuadernos de la cárcel (2004). Sabemos que hay un modelo de educación en la sociedad. Ha sido un proyecto de educación para los trabajadores que quieren un modelo que llega al corazón de la cuestión de la emancipación, el pensamiento crítico que se disputa por el modelo de sindicatos; por otro lado tiene el modelo puesto a la clase gobernante que ve la escuela como un producto que debe regirse por las leyes del mercado. Por lo tanto sostenemos que es necesario que los sindicatos de educación asuman su papel como un espacio para la construcción de un proyecto de educación obrera en su camino a la emancipación humana sobre los retos de la morfología nueva del trabajo de nuevo sindicalismo de la obra.

Palabras clave: Educación; Sociedad civil; Hegemonía.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo traremos a luz dos escritos de Gramsci e do levantamento bibliográfico a partir de autores como Coutinho (1999), Antunes (2011) entre outros, qual o papel dos sindicatos na disputa pelo modelo de educação da sociedade a partir dos conceitos de hegemonia e sociedade civil.

O projeto de educação para os trabalhadores deseja um modelo que traga em seu cerne a questão a emancipação e o pensamento crítico esse é o modelo disputado pelos sindicatos; por outro lado tem-se o modelo posto pela classe dominante que vê a escola como um produto e deve ser regulado pelas leis de mercado.

Nesses dois modelos o papel dos sindicatos se apresenta como espaço de disputa da classe trabalhadora dentro dos aparelhos ideológicos de Estado.

Para essa discussão serão trabalhados no percurso do artigo os conceitos de hegemonia e sociedade civil, a educação no centro da disputa por essa hegemonia, e por fim o papel dos sindicatos dos trabalhadores em educação como parte integrante da sociedade civil e a construção do projeto de educação para a classe trabalhadora.

1. SOCIEDADE CIVIL E HEGEMONIA EM GRAMSCI

Vivendo em uma sociedade de características muito distintas dos teóricos clássicos, Gramsci apresenta uma teoria de Estado distinta e inovadora em relação as suas bases científicas extraídas tanto de Marx quanto Hegel. A humanidade do século XX, principalmente na Europa ocidental, apresentava graus de participação política muito maior por parte dos seus cidadãos, o que por sua vez, empreendia a necessidade de novas ferramentas de dominação por parte das classes dominantes, e é nesse espectro que Gramsci desenvolve o conceito de sociedade civil dentro do Estado.

A título de ilustração e confirmando a afirmação passada, apresentamos o seguinte recorte de nota de rodapé de Coutinho (2007):

“[...]nos exercícios de tradução feitos no cárcere ele traduz a expressão marxiana 'bürgerliche Gesellschaft', não o faz com o termo habitual de 'sociedade civil', mas sim com a expressão literal 'sociedade burguesa', como a indicar a diferença entre esses dois conceitos.”(COUTINHO, 2007, p. 126)

Nessa sociedade em que cidadãos passaram a ter direito a voto e unir-se em grandes sindicatos e partidos o fenômeno do poder e dominação não se dá apenas a partir da coerção, repressão e violência, aplicados pelo aparelho repressivo do Estado, mas passa também pela

necessidade da difusão das ideologias dominantes por parte de instituições, o que Gramsci conceitua como Sociedade Civil e Hegemonia, sendo esta o tipo de dominação exercida por aquela. Em síntese, o Estado passa a ser compreendido como a relação entre Sociedade Política e Sociedade Civil, entre coerção e convencimento, “Ditadura + Hegemonia”.

Com esse conceito distinto de sociedade civil, Gramsci compreende o fenômeno do convencimento a partir das ideias por parte das instituições que a compõem, como por exemplo, a Igreja, Escolas e Sindicatos. Essas instituições representam a hegemonia, que é exercida pela classe que pretende manter seus privilégios diante de uma posição de supremacia na sociedade. O exercício da hegemonia ocorre através da “direção intelectual e moral” dessa sociedade civil.

O desenvolvimento dessa tese apresenta um importante quadro para nossa sociedade capitalista, a partir da desvinculação de instituições que cumpriam o papel de difusão de ideologia do Estado do seio deste, como por exemplo, a Igreja, passando para o âmbito do privado, torna-se possível uma disputa dentro dessas instituições por sua direção, permitindo que as classes oprimidas consigam a hegemonia sem ter alcançado o controle do Estado. O presente raciocínio fundamenta então a possibilidade de novas estratégias rumo à conquista do poder, ao fim do Estado e da emancipação humana, qual seja, a conquista através da disputa da forma de pensar a sociedade, através das instituições que ocupam papel central na difusão da ideologia dominante, tais como: escolas, igrejas, jornais.

De acordo com Coutinho (2007):

É a possibilidade que Gramsci entrevê quando diz ‘um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente [hegemônico] já antes de conquistar o poder governamental’; uma possibilidade que, aliás, no quadro das sociedades complexas, onde o Estado se ‘ampliou’, torna-se também necessidade, já que – prossegue Gramsci – ‘essa é uma das condições principais para a própria conquista do poder’. (COUTINHO, 2007, p. 134)

Para Gramsci a concepção de Estado centra-se a partir das análises intelectuais das esferas da sociedade política e da sociedade civil. No dizer de Coutinho (2007):

(...) a *sociedade política* (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado-coerção"), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 2007, p.127)

Nos cadernos do Cárcere, Gramsci (2004), afirma que a sociedade civil:

(...) tornou-se uma estrutura complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc...); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras da guerra moderna (GRAMSCI, 2004, p.1615).

O conceito de sociedade civil nas superestruturas constitui a singularidade do pensamento frente às concepções econômicas e as contradições da estrutura. A concepção de Estado aprofunda a mecânica entre Estado como sendo o lugar de uma classe dominante, quando diz:

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história do Estado e dos grupos de Estado. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente forma: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil”. (GRAMSCI, 2004, p.2287-2288)

Para Carmo (2007), Gramsci considera que a supremacia da classe dirigente e do capitalismo em desenvolvimento não se deve unicamente a existência de um aparato de coerção, ou seja, Estado no sentido restrito, sendo que conseguindo manter seu poder mediante uma complexa rede de instituições e organismos que pertencem a sociedade civil.

Para Carmo (2007):

Ao decidir trazer à tona os elementos que estavam no seio da sociedade civil como “cimento” das relações sociais vigentes, a partir das práticas cotidianas e das classes pretende compreender o funcionamento real do Estado e conseguir a sua transformação, o Estado como conceito teórico abstrato deve concretizar-se em uma formação econômica-social determinada. Aqui aparece a questão do nacional na elaboração de uma estratégia revolucionária. Por isso, Gramsci estuda o Estado italiano desde a sua conformação como unidade, destacando sua natureza de classe, mas não se recolhe nessa definição como uma teoria global, sendo que avança na compreensão de sua configuração histórica e suas características concretas. (CARMO, 2007, p. 8)

Assim o caráter educativo, criativo e formativo do direito trata-se de um resíduo do espontaneísmo do racionalismo abstrato baseado num conceito da natureza humana abstratamente otimista e superficial.

Para Carmo (2007), Gramsci adverte sobre a função de conformidade que está presente no direito burguês, na medida em que instrui cuidados formalmente livres e iguais, oculta o seu efeito “fetichizador”, as diferenças profundas que obstaculizam as classes subordinadas convertendo-as, inferiormente ao capitalismo e a classe dirigente.

Por outro lado, a sociedade civil também desenvolve a função subalterna de dominação. Isso se verifica, por exemplo, no nível do controle e dos meios de produção ideológicos. Como assinala Marx em “*A ideologia Alemã*” ao dominar o aparato produtivo a classe dominante exerce, por esses o mesmo feito, o quase monopólio sobre os organismos privados de difusão. A liberdade informativa se reduz à liberdade de imprensa informativa, exercendo a coação com respeito ao tipo de mensagens ideológicas que se difundem e os que são expulsos do sistema de circulação de ideias.

Na compreensão de Gramsci a classe dominante exerce seu poder não só por meio da imposição, mas porque consegue impor uma visão de mundo uma filosofia, uma moral, costumes, “um senso comum” que favorece o reconhecimento de sua dominação pelas classes dominadas. (CARMO, 2007, p. 10)

De maneira que todo Estado encontra seu fundamento ético na sociedade civil, a partir dessas considerações, em que medida a educação passa a ser um projeto hegemônico em disputa dentro do Estado e na Sociedade Civil?

2. EDUCAÇÃO E DISPUTA HEGEMONICA

Muitos autores como Saviani, 1988; Kuenzer, 1989; Frigotto, 1991; Nosella, 1991, entre outros tem discutido através de seus trabalhos as abordagens interpretativas das obras de Gramsci, numa análise do enquadramento da Escola Unitária empenhando-se em desvelar as possibilidades de integração entre a formação geral e a formação para o trabalho. No dizer de Magrone (2006):

Trata-se, portanto, de um Gramsci sem política sem Maquiavel. Assim, conceitos como hegemonia, sociedade civil, sociedade política, Estado ampliado e revolução passiva têm uma função interpretativa marginal. Semelhante fenômeno não pode ser reduzido a uma rele casualidade ou a um suposto limite intelectual de interpretação, da obra do autor. (MAGRONE, 2006, p.355)

O trabalho como princípio educativo é sem dúvidas uma abordagem relevante que se tem acerca dos escritos de Gramsci sobre a educação, mas nesse artigo queremos compreender as formas de democratização da gestão escolar e colocando a educação e o seu protagonismo nos movimentos sociais e aqui especificamente nos sindicatos de educação.

Para Magrone (2006):

Costumeiramente contestada pelos adeptos do mercado educacional, a participação da sociedade civil na gestão das escolas tem se apresentado como a alternativa mais racional tanto ao centralismo estatal, como às tentativas de transformar os ambientes educacionais em ambientes corporativos, nos quais não haveria espaço para a afirmação republicana do direito social à educação. (MAGRONE, 2006, p. 355)

Para o autor abusar do termo sociedade civil tem causado uma grande panaceia no que se considera como sendo a democratização das relações de poder dentro da escola. Segundo Magrone (2006):

O conceito de sociedade civil é um conceito-chave para compreender as complexas articulações de uma formação social moderna. A sociedade civil é o *locus* no qual as classes sociais lutam para exercer a hegemonia cultural e política sobre o conjunto da sociedade. Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci define a sociedade civil como “o conjunto dos organismos vulgarmente ditos ‘privados’ e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (idem, *ibid.*, p. 225-226). Nesse conceito, a sociedade civil é o domínio privilegiado da ideologia, porquanto é aí que a classe fundamental deve assegurar o consenso socialmente necessário ao exercício do seu poder econômico e político. (MAGRONE, 2006, p. 357)

De maneira que é preciso considerar que todo poder hegemônico precisa do consentimento daqueles sobre quem se exerce a autoridade, como diz Hugues Portelli (1987, p. 32): “Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação”.

Portanto, Gramsci ampliou o conceito marxista de Estado e os nexos entre estrutura e superestrutura. Como diz Nogueira (2001, p. 117), “Demoniza-se o espaço político para a ele atribuir toda a culpa pelos pecados que maculariam a natureza virtuosa da sociedade civil, vítima indefesa e permanentemente prejudicada pela vilania estatal”. Assim de acordo com Magrone (2006) o que Nogueira afirma é que a sociedade civil é portadora de uma energia que é capaz de se autoconstruir de modo independente.

A marca indelével do processo de constituição da sociedade civil brasileira e que definiu a disjunção entre ela e o Estado, assinala Nogueira, é a “despolitização”. Esta se associa, aqui, ao fato de que os movimentos sociais, que são o oxigênio da sociedade civil, não raras vezes estão assentados unicamente na solidariedade de seus interesses privados, sem que qualquer preocupação de elevar esses interesses particulares a um plano mais geral de consciência política esteja incluída em suas pautas. Em outros termos, assistimos, no Brasil das últimas décadas, à emergência de novos atores sociais cujas lutas corporativas frequentemente dimensionaram o limite de seus próprios interesses como o único horizonte possível, cancelando, na prática, a preocupação mais propriamente política (no sentido de fundar novas concepções de mundo ou programas para a sociedade). (MAGRONE, 2006, p. 363)

Para Magrone (2006) a escola pública é uma das instituições pertencentes ao Estado (sociedade política), mas que é travessada pelos conflitos de classe aqui representados também pela sociedade civil. Segundo o autor no Brasil as escolas nos últimos anos passaram

por inúmeras transformações na sua organização. Nos espaços escolares esta em curso mudanças na gestão pedagógica desde questões do seu financiamento até os processos de avaliação. O projeto de escola para a classe trabalhadora perpassa essas questões que trazem não apenas os conflitos de pontos de vista teórico.

De acordo com Magrone (2006):

A implantação de um “livre mercado” educacional envolveria a substituição dos mecanismos burocráticos de controle do processo decisório no interior dos sistemas educacionais por “mecanismos de mercado”, sem que isso implicasse uma privatização das redes escolares. Nas palavras de Dale (1995, p. 140), “não há uma associação necessária entre privatização e liberalização neste contexto. Enquanto privatização envolve a venda de bens do Estado, ‘liberalização’ significa a redução do controle governamental através da abertura de uma área a pressões competitivas”. Tratar-se-ia, portanto, de uma mudança dos mecanismos institucionais de regulação dos sistemas educacionais estatais, com o objetivo de promover a individualização das decisões sobre a distribuição de educação escolar. Essa solução é concebida como a forma mais eficaz de assegurar a autonomia das escolas e a melhoria dos serviços por elas oferecidos. Nessa chave, a lógica que governaria as iniciativas dos gestores apontaria para o estabelecimento de uma relação competitiva entre as escolas e, por conseguinte, a adoção por parte delas de práticas consagradas pelos critérios de eficiência do setor privado. Outra concepção de autonomia escolar é a que tende a reduzir a dimensão pública da escola aos limites da comunidade escolar, compreendida como todos os usuários de uma escola pública e suas famílias. (MAGRONE, 2006, p.368 e 369)

Para Chagas e Felismino (1999) é preciso considerar que o conceito de Gramsci para ação pedagógica na escola para ser considerada contra-hegemônica é necessário que esta ação esteja organicamente articulada aos movimentos de transformações sociais, de forma que é preciso uma articulação dos sindicatos que representam a sociedade civil e os educadores em torno da organização de ações educativas.

3. SINDICATOS E SOCIEDADE CIVIL

Assentados os conceitos de sociedade civil e hegemonia em Gramsci, chegamos ao ponto de convergência do nosso objeto de estudo e uma de nossas questões, qual o papel dos sindicatos na construção de uma nova sociedade? Como estes podem se tornar instrumento para que alcancemos a “sociedade regulada”?

Em Gramsci, apesar de a todo o momento os sindicatos serem exemplificados como espaços da sociedade civil, ou seja, espaço de disputa pela classe trabalhadora, pelo aparelho ideológico do Estado, o filósofo reserva a sua reflexão que os sindicatos possuem papel muito mais significativa a manutenção da sociedade capitalista que a superação desta.

“Os sindicatos por profissões, as Câmaras do Trabalho, as federações industriais e a Confederação Geral do Trabalho são o tipo de organização proletária específico do período histórico dominado pelo capital. Pode-se argumentar que, num certo sentido, elas são parte integrante da sociedade capitalista e têm a função inerente ao regime de propriedade privada.” (Gramsci, 1976, p.42)

Para não cometer injustiças, bem como manter a coerência com a metodologia escolhida, é necessário fazer um recorte da historicidade e de níveis de totalidade dessa nossa última afirmação para situar o pensamento do autor. Em primeiro lugar, essa concepção de sindicato é a base que o autor utiliza para formular junto com seus camaradas de jornal (LordineNouvo), a teoria e a prática dos Conselhos de Fábrica, que eram organizações de base de reuniões com os trabalhadores em seu local de trabalho diante da sua condição de produtores. O envolvimento direto do filósofo com a formulação da proposta dos Conselhos, e a conclusão desta rica experiência com seus insucessos, bem como o processo desgastante de disputa material com os sindicatos reformistas sobre a legalidade e possibilidade dessa representação, leva-nos a compreender a posição do jovem Gramsci acerca dos sindicatos.

Os sindicatos são tidos então como parte integrante da sociedade capitalista, calcada na exploração da força de trabalho, porém se constitui como instrumento de defesa dos direitos imediatos do trabalhador, ou seja, negociando essas condições da força de trabalho. Essa visão aparentemente contraditória, talvez essencialmente realista, demonstra duas características importantes dos sindicatos, a defesa da vida dos trabalhadores ante a degradação máxima que tende o capitalismo, para Cruz (2009) significa à colaboração a com manutenção do sistema a partir desse amortecimento.

Apesar da aparente visão economicista de Gramsci sobre o papel dos sindicatos frente à disputa do poder por parte dos trabalhadores, ratificada por outros autores, nos causaria no mínimo estranheza a redução da importância dos sindicatos justamente por este que inaugura a ideia de sociedade civil enquanto espaço de disputa por hegemonia. A inquietação diante de tal restrição nos põe em movimento e em busca de novas análises dos escritos do filósofo.

Primeiramente, é importante demarcar a ordem cronológica dos escritos os quais usamos para nossa análise dos conceitos, enquanto os que nos dão suporte para essa visão restrita dos sindicatos datam do final da década de 10 e início dos anos 20, enquanto aqueles que tratam da sua nova conceituação de Estado datam dos anos 30. Historicizar a construção desses conceitos tem um papel importante para nossas conclusões.

Em sua concepção de Estado, Gramsci a todo o momento cita os sindicatos como parte das instituições privadas que compõem a sociedade civil, assim como a escola, igreja, e o partido que são responsáveis pela difusão das ideias que sustentam o poder de uma classe de acordo com Coutinho (2007). E nesse contexto, como já citado, afirma a possibilidade das classes oprimidas alcançarem a direção política, hegemonia, dessas instituições mesmo com o poder Estatal, da sociedade política, sob as mãos da classe opressora. Não apenas afirma a possibilidade, supõe esta como condição principal para conquista do poder, como já citado no presente trabalho.

Por todo o exposto, compreendemos que o papel dos sindicatos a partir das contribuições de Gramsci vai além dos próprios conceitos formulados por este na sua juventude, pois analisando suas obras seguintes e situando o sindicato no necessário espaço de disputa da sociedade civil, extraímos que este é um instrumento essencial para as classes oprimidas difundirem suas ideias contra-hegemônicas frente ao Estado, tanto a sociedade política, quanto as demais instituições da sociedade civil, na caminhada rumo a “sociedade regulada” e emancipação.

Disputar a direção política dos sindicatos é uma das condições da conquista de poder das classes oprimidas. Ademais, no presente quadro de extrema degradação da condição humana, um instrumento central da defesa dos direitos dos trabalhadores que se encontra na mão do patrão, seja por cooptação ou por infiltração, constitui um sério risco a ampliação da exploração por parte daqueles que dominam os meios de produção, em síntese, ocupar os sindicatos, em Gramsci, é condição sinequanom tanto para a defesa das condições de vida dos trabalhadores, quanto para sua organização, difusão de ideias, e integração.

4. O PAPEL DOS SINDICATOS DE EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Considerando que em Gramsci as instituições da sociedade civil, enquanto aparelhos ideológicos privados do Estado se constituem espaços de disputa por hegemonia, e que a conquista da direção política destas é uma condição para a tomada de poder e caminhada rumo a emancipação das classes oprimidas, conforme já mencionado no presente artigo. Observar a Escola, e sua ação pedagógica, e os sindicatos como aparelhos a ser disputado, orienta-nos a um necessário recorte especial acerca do papel dos sindicatos de educação nesse processo de luta.

Compreender tal importância exige buscar nos fundamentos teóricos que Gramsci utiliza na construção das teses aqui exploradas. É necessário entender o "Programa Marxiano de educação" para observar a relação dialética entre trabalhador enquanto sujeito educando e educador, e como essa caminha rumo ao objetivo final da classe operária que é sua emancipação. Justino de Souza Junior (2011) nos traz essa relação dialética de forma clara e a relaciona com os conceitos posteriores advindos do Gramsci:

"O programa marxiano de educação possui um sujeito precisamente definido – trata-se do proletariado, classe social potencialmente revolucionária que sintetiza da forma mais universal a exploração e alienação do capital. Esse sujeito é o núcleo das preocupações educativas de Marx e é a um só tempo educador e educando. O processo de educação deste programa consiste na transformação dos trabalhadores de classe-em-si a classe-para-si. Os instrumentos dessa educação são constituídos na/pela luta de classes: Estado, escola, partidos, sindicatos, meios de propaganda, intelectuais orgânicos etc. Como se percebe, uns são instrumentos sob o controle dos trabalhadores, outros são espaços em disputa. As estratégias e os meios desta educação, quando relacionados aos instrumentos de luta controlados pelos trabalhadores, são definidos mais diretamente por estes. Quando relacionados aos 'aparelhos de Estado', são um momento de disputa – ainda que muitas vezes ingloria -, ou seja, suas estratégias não se definem diretamente segundo os interesses dos trabalhadores." (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 123)

Partindo das premissas resgatadas até então pelo presente trabalho, ao investigar o papel dos sindicatos de educação em nossa sociedade, observamos quatro funções bem claras na disputa por hegemonia: a) defender os trabalhadores da degradação da sua vida diante da exploração da sua força de trabalho pelo capital; b) garantir o controle do principal instrumento de luta dos trabalhadores, histórico, pelos trabalhadores; c) educar os trabalhadores através da vivência dos momentos associativos e de luta; d) reunir os trabalhadores na construção e disputa de um projeto de Escola baseado em seus interesses.

Este último ponto advém da ligação de condições específicas que resultam da atividade do trabalhador em educação e da atividade política dos sindicatos que os reúnem. Uma vez que, seu labor se constitui da ação pedagógica, tendo como lugar da venda da sua força de trabalho a escola, disputar um modelo de escola corresponde diretamente disputar sua forma de produzir dentro de uma sociedade que vive sob a lógica do capital.

Portanto, a construção de um projeto de educação da classe trabalhadora, encontra nos sindicatos de educação uma convergência na disputa pela direção das instituições que formam a sociedade civil, ou seja, responsáveis pela esfera do convencimento, da forma de pensar na sociedade, disputas hegemônicas essenciais para Gramsci.

Tamanha importância nos leva a verificar de forma prática se essas conclusões se constituem efetivamente em um caminho e de que forma está sendo trilhado. Delimitamos então um espaço e tempo para uma breve pesquisa sobre a construção de projetos de educação da classe trabalhadora por parte dos sindicatos de educação, sendo este espaço e tempo o Brasil conjuntural.

As quatro entidades nacionais que representam oficialmente os trabalhadores que atuam na educação pública, são: **ANDES** (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), **SINASEFE** (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica), **FASUBRA** (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) e **CNTE** (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Todas apresentam diversos documentos que apontam para um projeto de educação da classe trabalhadora, sendo que ANDES e FASUBRA apresentam uma clara proposta de Universidade, enquanto o SINASEFE tem uma proposta de Rede Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica, já a CNTE apresenta anteprojetos de lei referentes a carreira e salários dos professores. A partir da leitura dos documentos mencionados, constatamos a ausência da construção de um projeto amplo de educação, de um esforço conjunto para a superação dos muros legais da representação oficial, em busca de um projeto de educação da classe trabalhadora.

O **ENE** (Encontro Nacional de Educação) este ano esteve em sua segunda edição e é um marco nessa tentativa da luta de classes em construir um projeto de educação de classes e democrática. Uma educação que em todos os níveis seja efetivamente pública, gratuita, democrática e de qualidade e que seja acessível a toda a população.

Uma educação que oriente no sentido da perspectiva de classe, que seja emancipadora e busque uma sociedade mais justa e igualitária. Esse seria o modelo desejado de educação pela classe trabalhadora. O ENE vem com a intenção de ser esse espaço da luta coletiva apontando os caminhos da reflexão e da articulação dos trabalhadores da educação com os movimentos populares.

O ENE ele trás algumas frentes de debate do que representa hoje a educação no Brasil como um sistema com caráter punitivo, gerencialista, meritocrático a partir do modelo atual de avaliação. Do ponto de vista ideológico a uma tentativa clara quanto à desarticulação da escola com os movimentos sociais e políticos a partir da proposta da “Escola sem partido” e a própria precarização do trabalho e como vem sendo implementada a ideia de educação a

distância. Com isso demonstra-se a necessidade de avançar na autonomia das escolas, com a formação de conselhos de fato paritários e eleições democráticas no âmbito da gestão. Que a escola seja um espaço capaz de refletir e pensar sobre os problemas da sociedade e que torne os sujeitos que ali estão como sujeitos com de direito a educação sendo está uma alavanca para uma sociedade democrática.

CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, concluímos que em Gramsci e sua concepção ampliada de Estado, o conceito de Sociedade Civil compreende o fenômeno do convencimento a partir das ideias por parte das instituições que a compõem, ideias que representam a hegemonia, que é exercida pela classe que pretende manter seus privilégios diante de uma posição de supremacia na sociedade. Classe dirigente essa que mantém sua posição não apenas por meio da coerção estatal, mas também, exerce sua hegemonia ocorre através da direção intelectual e moral dessa sociedade civil.

Nesse sentido, seria possível então, por parte da classe trabalhadora, disputar e conquistar o controle desses aparelhos de convencimento, o controle de instituições responsáveis pelas ideias hegemônicas em nossa sociedade, mesmo antes de conquistar o Estado, o que seria em Gramsci a “Sociedade Política”.

Dentre essas instituições da Sociedade Civil, uma das mais importantes é a escola. Para Gramsci disputar uma proposta de Escola, formular uma proposta de educação por parte da classe trabalhadora é imprescindível para a disputa por hegemonia na sociedade, e conseqüentemente para a emancipação das classes subalternas. Nesse sentido a ação pedagógica contra-hegemônica deve estar organicamente articulada aos movimentos de transformações sociais, como os sindicatos por exemplo.

O papel dos sindicatos a partir das contribuições de Gramsci vai além dos próprios conceitos formulados por este na sua juventude, compreende-se que, este é um instrumento essencial para as classes oprimidas difundirem suas ideias contra-hegemônicas frente ao Estado, tanto a sociedade política, quanto as demais instituições da sociedade civil, na caminhada rumo a “sociedade regulada” e emancipação. Ocupar os sindicatos, em Gramsci, é condição *sinequanom* tanto para a defesa das condições de vida dos trabalhadores, quanto para sua organização, difusão de ideias, e integração.

Nesse sentido, os sindicatos de trabalhadores em educação tem um papel central na disputa por hegemonia, pois seu labor se constitui de uma ação pedagógica e a venda da sua

força de trabalho se dá na escola, dessa forma, disputar um modelo de escola para estes trabalhadores é diretamente disputar sua forma de produzir dentro de uma sociedade.

Partindo desta conclusão e com base no Programa Marxiano de Educação (SOUSA JUNIOR, 2011) e das premissas anteriores, elencamos quatro funções bem claras dos sindicatos de educação na disputa por hegemonia: a) defender os trabalhadores da degradação da sua vida diante da exploração da sua força de trabalho pelo capital; b) garantir o controle do principal instrumento de luta dos trabalhadores, histórico, pelos trabalhadores; c) educar os trabalhadores através da vivência dos momentos associativos e de luta; d) reunir os trabalhadores na construção e disputa de um projeto de Escola baseado em seus interesses.

Traçando um paralelo com a realidade, realizamos também uma radiografia dos projetos de educação pautados pelos sindicatos nacionais dos trabalhadores em educação do nosso país onde concluímos que apesar de a maioria apresentar propostas de Escola advindas da classe trabalhadora, pouco se vê de esforço para a construção de um projeto amplo e unificador.

Por fim, concluímos a partir dos estudos em Gramsci, que os sindicatos de educação tem funções importantíssimas na disputa por hegemonia na sociedade civil. Esses sindicatos detêm o papel central da construção de um projeto de educação da classe trabalhadora que se constitui um caminho estratégico rumo a emancipação humana e a uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Sindicalismo de classe contra sindicalismo negociador de Estado**. 2011. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticias/2011/2/122385.pdf>> Acessado em 20 de junho de 2016.

Cadernos ANDES –. **Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (1981)**. N. 2. Florianópolis: Andes, 1981. 4ª edição. Brasília 2013.

CHAGAS, Thiago & FELISMINO, Sandra Cordeiro. **Conceito Gramsciano de Sociedade Civil: usos e abusos na educação**. Anais IV Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 1999. Disponível em<<http://www.unicamp.br/cemarx/anaisivcoloquio/paines/GT5/gt5p6.pdf>>

CARMO, Jefferson Carriello do. **Algumas Considerações Históricas sobre o Estado e a Sociedade Civil em Antonio Gramsci depois dos Cadernos do Cárcere**. Revista Ágora. Vitória. nº 5, jun. 2007, p. 1-15.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização. 2007. 320p.

CRUZ, César Albenes de Mendonça. **Sindicato e partido político em Gramsci**. Argumentum (Vitória), v. Vol.1, p. 50-62, 2009.

ENE. **II Encontro Nacional de Educação: Por um projeto classista e democrático de educação**. Brasília/DF. 16 à 18 de Junho de 2016. Disponível em: <<https://ene2016.org>> Acessado em 20 de Junho de 2016.

FASUBRA. **Projeto Universidade Cidadá para os trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.ufam.edu.br/attachments/article/2317/Universidade%20Cidad%C3%A3%20dos%20Trabalhadores.pdf>> Acessado em 20 de junho de 2016

FRIGOTTO, G. **Tecnologia, relações sociais e educação**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 105, 1991, p. 131-48.

GRAMSCI. **Quadernidelcarcere**. 8ª ed. Torino: Einaudi, 2004. vol 2.

_____. **Quadernidelcarcere**. 8ª ed. Torino: Einaudi, 2004. vol. 3.

_____. **Sobre Democracia Operaria e outros textos**. Biblioteca Ulmeiro n.4. Lisboa/Portugal: Ulmeiro. 1976.

KUENZER, A. Z. **O trabalho como princípio educativo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 68, p. 21-28, 1989.

MAGRONE, Eduardo. **Gramsci e a Educação: A renovação de uma agenda esquecida**. Volume 26, n. 70, Cad. Cedes. Campinas, Set./Dez. 2006. p. 353-372. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

NOGUEIRA, M.A. **Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil**. Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, 2001.p. 115-130, 2001.

NOSELLA, P. **O trabalho como princípio educativo em Gramsci**. In: SILVA, T.T. (Org.). **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 134-159.

SINASEFE. **Rede Federal de Educação Básica e Tecnológica: Estamos e o que queremos**. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/1278812-Resolucao-sobre-a-Rede-Federal/>> Acessado em 20 de junho de 2016

SAVIANI, D. **Perspectivas de expansão e qualidade para o ensino de 2o. grau: repensando a relação trabalho-escola**. In: SAVIANI, D. et al. Anais do seminário de ensino de 2o. grau: perspectivas. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1988.

SOUSA, Joeline Rodrigues de. **Gramsci: educação, escola e formação – Caminhos para a Emancipação Humana**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2014. 208 p.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Educação profissional e luta de classes: um debate em torno da centralidade pedagógica do trabalho e do princípio educativo da práxis**. In: Ronaldo M. de L. Araujo; Doriedson S. Rodrigues. (Org.). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. 1ed.Campinas: Autores Associados, 2011, v. 1, p. 113-144.